



DESENVOLVIMENTO REGIONAL PELA PERSPECTIVA DAS MULHERES RURAIS: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE VITORINO/PR

Clair Odete Schneider
Cristiane Maria Tonetto Godoy
Josiane Paula Correa Cattani
José Ricardo da Rocha Campos

Resumo

As mulheres rurais têm papel relevante no contexto do desenvolvimento regional e rural, pois são protagonistas produtivas nas propriedades rurais, bem como para a reprodução social e no fortalecimento da agricultura familiar. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho foi compreender sobre a presença, lazer e a representatividade das mulheres rurais no município de Vitorino, Paraná. A metodologia adotada para o levantamento dos dados foi qualitativa, através de vinte e duas entrevistas semiestruturadas com os agricultores familiares do município. De acordo com as entrevistas podemos aferir que ainda existe o êxodo das mulheres jovens para os centros urbanos. Ainda, pode ser percebida a pouca participação das agricultoras em espaços técnicos, limitando a participação dessas somente nos ambientes tidos como femininos, bem como poucas opções de lazer. Nesse sentido, apesar de existirem políticas públicas para as mulheres rurais, elas não estão sendo eficazes para atender as demandas, tornando necessário repensarmos o papel e a participação das mulheres nos diversos espaços relacionados à agricultura familiar, para então assegurar o desenvolvimento regional e rural em sua totalidade.

Palavras Chaves: Mulheres, Gênero, Agricultura Familiar, Desenvolvimento Rural.

Introdução

Nas últimas décadas a agricultura familiar vem ganhando espaços nas discussões e nas formulações de políticas públicas, conferindo ao segmento social papel importante no desenvolvimento rural sustentável. O rural tem ganhado novos espaços e incorporado novas funções e ruralidades, superando assim a velha ótica do moderno *versus* atrasado, dando maior visibilidade à população que vive e trabalha no campo. Nesse sentido, os temas relacionados com o êxodo rural (principalmente dos jovens), envelhecimento, masculinização e mulheres têm sido o foco de pesquisas e estudos, na tentativa de



compreender as questões que permeiam a permanência e a reprodução da agricultura familiar e conseqüentemente o desenvolvimento rural e regional.

Na produção rural toda a unidade familiar representa um importante elemento de mão de obra nas atividades exercidas na propriedade. Porém, ainda é possível verificar o papel das mulheres e dos jovens rurais serem colocados como secundários ou não reconhecidos. O acesso à renda e a representatividade nos vários espaços ainda permanecem na figura do chefe de família, representado pelo homem, ficando as mulheres restritas aos afazeres domésticos ou a produção considerada como complementar na propriedade.

Assim, ao pensarmos no desenvolvimento regional e rural a temática de gênero torna-se essencial na compreensão do próprio desenvolvimento e na organização social da região. As discussões sobre a representatividade, participação e opções de lazer para as mulheres rurais é de suma importância, uma vez que elas são protagonistas para o fortalecimento e reprodução social da agricultura familiar.

Neste sentido, o objetivo deste estudo foi compreender sobre a presença, lazer e a representatividade das mulheres rurais no município de Vitorino, Paraná. Através deste estudo, espera-se contribuir para as reflexões relacionadas a presença das mulheres no meio rural e a restrição de políticas públicas relacionadas à elas e as possibilidades de lazer existentes, com o objetivo de propiciar o fortalecimento e maior participação da mulheres na agricultura familiar e no contexto social, fortalecendo o desenvolvimento sustentável.

1. Conhecendo a Metodologia

A pesquisa foi realizada no município de Vitorino, localizado no Sudoeste do Paraná, que faz divisa territorial com os municípios de Pato Branco, Renascença, Bom Sucesso do Sul e Mariópolis. De acordo com o censo demográfico de 2010, o município possui uma população de 6.513 habitantes, dividida em 3.230 homens e 3.283 mulheres, em relação ao urbano e rural temos que está subdivida em 1.935 homens e 2.053 mulheres na área urbana e enquanto no meio rural temos 1.295 homens e 1.230 mulheres, tendo a estimativa para o ano de 2018 em 6.817 habitantes (IPARDES, 2018).

A região Sudoeste do Paraná é composta majoritariamente por propriedades familiares, consequência histórica da ocupação de terras, bem como é uma região voltada para a produção de commodities de grãos, tais como milho, soja, feijão e para a produção de leite. Segundo Magalhães (2009) e Schmitz e Santos (2013), a produção leiteira tem sido



uma importante fonte de renda para as propriedades familiares, colocando o Sudoeste como segunda principal bacia leiteira do Estado.

Para que possamos compreender o papel e a representatividade das mulheres rurais no município se torna necessário uma metodologia que abarque toda a complexidade existente nas relações sociais que constroem a realidade. Nesse sentido, escolhemos como aporte metodológico a abordagem qualitativa, típica das ciências sociais, sendo configurada pela compreensão e interpretação da realidade social e das relações que se estabelecem desse universo e os seus significados.

Para Minayo et al. (1994), a metodologia qualitativa traz o dinamismo da vida coletiva e individual, o que permite compreender a diversidade de significados observados na realidade. Gómez, Florez e Jiménez (1996) apontam que a pesquisa qualitativa é o retrato da vida de um grupo social, pois é possível descrever analiticamente o caráter interpretativo de uma estrutura social ou cultura. A partir dela podemos construir de forma teórica esquemas que consigam responder o mais fiel possível as percepções, realidade e ações do grupo social estudado.

Dentre os diversos métodos da pesquisa qualitativa a entrevista semiestruturada aproxima o pesquisador e o entrevistado, deixando esse último a vontade para expressar suas opiniões e percepções. Conforme Fujisawa (2000), a entrevista semiestruturada é uma das técnicas que se guia a partir de um roteiro de questões e que permite ao pesquisador realizar mudanças e flexibilizações à medida que as informações vão sendo originadas, enriquecendo a pesquisa com detalhes.

Entretanto, cabe ressaltar que os estudos qualitativos podem incluir apenas um respondente ou uma fonte de dados, sendo o suficiente para uma análise. (LINCOLN; GUBA, 1991). Corroborando Ribeiro, Souza e Lobão (2018) afirmam que não existe um regramento que determine a quantidade específica de dados para as pesquisas de cunho qualitativo. Nesse tipo de metodologia a informação que se busca não está propriamente na quantidade do número de entrevistas e sim na qualidade, profundidade e na extensão das respostas dadas pelos entrevistados.

Nesse sentido, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com vinte e dois agricultores familiares do município de Vitorino/PR. As perguntas constantes estavam relacionadas aos aspectos sociais, econômicos e ambientais das propriedades, cabe salientar que a seleção de entrevistados não foi pautada em nenhum estilo de delineamento estatístico. As entrevistas foram realizadas com os agricultores familiares no mês de



setembro de 2018 e que participavam de palestras propiciadas pela Prefeitura conjuntamente com docentes do curso de Agronomia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Pato Branco. As palestras foram pensadas a partir das demandas levantadas pelos próprios agricultores, tendo as temáticas: a. Bem-estar animal: sistemas de produção-criação prós e contras no sistema leiteiro; b. Solos de Vitorino, questões sobre conservação e uso do solo no município. Essa construção em conjunto se baseia no papel social da Universidade, através da extensão, visando o atendimento a comunidade, bem como compreendendo em uma prática que interliga as trocas de conhecimentos, aliando nesse momento o ensino e a pesquisa.

Dessa forma, para as análises das respostas foram seguidos e estruturados os seguintes passos: (a) o contexto do discurso, analisando os sentidos e significados das respostas dos agricultores; e, (b) a interpretação das percepções pelos pesquisadores e a articulação com outros estudos e pesquisas. Essa metodologia foi pensada para que se pudesse ter o mínimo de indicadores qualitativos e compreensão sobre a realidade vivida pela população rural do município.

2. Como estão as mulheres no rural?

Historicamente as mulheres rurais têm ocupado espaços na produção e a responsabilidade nas atividades domésticas. Porém, nem sempre as mulheres foram reconhecidas como agricultoras e sim apenas donas de casa, aliás, trabalho reconhecido como leve e fácil, ficando o trabalho pesado e difícil para os homens. Assim, essa perspectiva se dá pela ideia de que as mulheres não trabalham, mas apenas contribuem e/ou são dependentes de seus pais ou esposos.

Complementando podemos aferir que a percepção com relação às mulheres está relacionada diretamente com a comparação entre o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo. Assim, teremos o trabalho produtivo, as questões financeiras relacionadas aos homens e às mulheres caberiam o trabalho reprodutivo, que está associado aos afazeres domésticos, cuidados com filhos e família, criação de pequenos animais e hortas domésticas.

Nos mais diferentes espaços da sociedade são possíveis refletirmos sobre as formas de invisibilidade, opressão e violência relacionadas às mulheres e que são motivos de lutas atualmente e que são estendidas as mulheres rurais. De acordo com Siliprandi



(2011, p. 171), as primeiras lutas das mulheres “[...] foram pelo reconhecimento da sua profissão enquanto agricultoras e por direitos decorrentes desse reconhecimento.” A autora evidencia o movimento pela mobilização ao acesso a terra, para que seus nomes estivessem no bloco do produtor rural e para que fossem reconhecidas em seus documentos como agricultoras ou produtoras rurais, podendo assim exercer os direitos sociais, previdenciários e sindicais.

Considerando a análise das entrevistas, realizamos a compilação da unidade familiar na sua composição no que tange a representatividade de homens e mulheres, separando por faixa etária, conforme apresentado pela Tabela 1. Cabe salientar que consideramos para esse estudo a unidade familiar contando os membros familiares que permanecem no campo, sendo excluídos aqueles que residem no centro urbano do município.

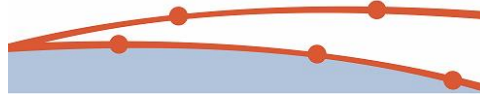
Tabela 1. Unidade Familiar dos entrevistados por categorização faixa etária

| Gênero | 0-15 | 16-25 | 26-35 | 36-45 | 46-55 | 56-65 | 66> |
|---------------------------|-------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| <i>Mulheres</i> | 7 | 2 | 7 | 5 | 6 | 8 | 4 = 37 |
| <i>Homens</i> | 4 | 8 | 4 | 6 | 5 | 8 | 6 = 41 |
| <i>Total = 80 pessoas</i> | | | | | | | |

Fonte: Autores, 2019.

Através da compilação dos dados dos integrantes das famílias entrevistadas teremos algumas reflexões pertinentes a serem realizadas sobre a presença das mulheres rurais no município de Vitorino. Conforme apresentado podemos perceber que a diferença entre homens e mulheres que permanecem no rural é mínima, o total de mulheres declaradas foi de 37, já para os homens o total foi de 41, isso na composição familiar. Porém, quando observamos as faixas etárias podemos perceber algumas diferenças existentes e que nos possibilitam refletir acerca do que está acontecendo no rural do município.

Na faixa etária dos 16 aos 25 anos há uma expressiva saída das mulheres do campo, os homens dessa idade permanecem, mas elas, geralmente, conforme relatado nas entrevistas, saem de casa para trabalhar na cidade, para estudar, e na maioria dos casos não retornam para as propriedades. Segundo Froehlich et al. (2011), são tantas as dificuldades encontradas no campo que as mulheres jovens são as que mais saem do rural para os centros urbanos.



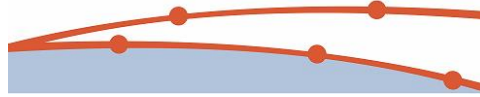
Na representatividade as mulheres jovens do meio rural têm o anseio de ver efetivados os mesmos direitos de cidadania conquistados pelos grupos sociais urbanos (STRAPASOLAS, 2004), esse é um fator, inclusive, que tem contribuído para a migração das mulheres mais jovens do espaço rural. Uma vez que a egresso delas para estudar e as vivências experimentadas nos espaços urbanos as colocam numa posição de reflexão e crítica ao que elas têm no meio rural.

De acordo com Paulilo (2004), no Brasil a imagem denominada como pequena propriedade ou pequena agricultura, enfrenta problemas frente à modernização e ampliação do setor agrícola. Também segundo as pesquisas, a profissão de agricultor é a que apresenta os maiores números com relação à sucessão familiar, as quais os filhos dão continuidade a atividade desenvolvida pela família.

Para Lisboa e Lusa (2010), com a saída das mulheres do campo os princípios da sustentabilidade ficam fragilizados havendo menos igualdade, menos produtividade, pois seriam as mulheres as mais preocupadas com o ambiente e a saúde da família. Segundo Siliprandi (2007), as mulheres rurais têm contribuído para o modelo de desenvolvimento sustentável, já que são elas que estão presentes à frente das campanhas pela diminuição e substituição do uso de agrotóxicos e pela proibição dos organismos geneticamente modificados. Acrescentamos a essa reflexão que serão, principalmente, as mulheres rurais o público alvo dos Programas e projetos baseados nos princípios agroecológicos.

Ainda, analisando os dados acima percebemos que as faixas etárias de 26 a 35 anos, de 46 a 55 anos as mulheres estão mais presentes no campo e nas idades de 56 a 65 anos sendo nesta faixa etária onde há maior concentração de mulheres no campo, num total de 08 mulheres. Nesse sentido é possível constatar que as mulheres do campo estão numa proporção de envelhecimento da população feminina. Anjos & Caldas (2005) constataram que quando se analisa a longevidade a situação no meio rural de inverte, prevalecendo a quantidade de mulheres com mais idade.

Outro problema vivido pelas mulheres rurais está atrelado a discriminação dessas ao acesso as terras. Paulilo (2004) afirma que é um exemplo claro referente ao posicionamento do trabalho da mulher no meio rural é o número de mulheres que possuem acesso a terra, sendo muito inferior quando comparado ao número de homens. A conquista e o direito de acesso a terra para as mulheres, infelizmente não garantiu a possibilidade de que as filhas de agricultores partilhassem de forma igualitária a herança com relação aos seus irmãos homens, permanecendo ainda como luta. Em muitos casos, a mulheres são incentivadas a



se dedicar os estudos e buscar sua renda fora do contexto rural da sua família, enquanto aos homens é oferecido o incentivo para a permanência no meio rural e sucessão das atividades da família.

Para Paulilo (2004, p. 235-236), “a tradicional exclusão feminina do acesso a terra faz com que elas também sejam ignoradas pelas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, por mais que as leis brasileiras condenem a discriminação por sexo.” Um exemplo desta dificuldade para o acesso as políticas públicas pelas mulheres é o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), o qual entre os anos de 1996 e 2002 teve entre seus beneficiários/as 7% de mulheres e, em 1996, as mulheres representaram apenas 12,6% do total dos beneficiários no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). E em relação aos títulos das terras, destacam-se os homens que registram “[...] 87% dos títulos distribuídos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e 93% das terras do programa Cédula da Terra. Do total dos beneficiados [...] apenas 7% eram mulheres”.

A exclusão das mulheres não se restringe apenas ao acesso a terra e as políticas de financiamentos, também podem ser encontradas na Previdência Rural. De acordo com a autora supracitada, os dados do Departamento de Estudos Socioeconômicos e Rurais da Central Única dos Trabalhadores/DESER/CUT demonstram que para a exclusão do direito da aposentadoria a proporção para os homens seria 1:47,3, já para as mulheres seria uma não-aposentada para cada 14, aposentadas.

Diante do exposto e das dificuldades enfrentadas pelas mulheres rurais questionamos quais seriam as opções de descanso ou lazer, pois acreditamos que esses elementos estão vinculados com a qualidade de vida e conseqüentemente afetam diretamente na permanência no rural. As concepções e significados do lazer estão alicerçados ao bem-estar, na liberdade dos indivíduos, nas vivências experimentadas e compartilhadas, fazendo parte do social e do cultural. Segundo Bramante et al. (1998, p. 9):

O lazer de traduz por uma dimensão privilegiada da expressão humana dentro de um tempo conquistado, materializada através de uma experiência pessoal criativa, de prazer e que não se repete no tempo/espço, cujo eixo principal é a ludicidade. Ela é enriquecida pelo seu potencial socializador e determinada, predominantemente, por uma grande motivação intrínseca e realizada dentro de um contexto marcado pela percepção de liberdade. É feita por amor, pode transcender a existência e, muitas vezes, chega-se a aproximar-se de um ato de fé. Sua vivência está relacionada diretamente às oportunidades de acesso aos bens culturais, os quais são determinados, via de regra, por fatores sócio-político-econômico e influenciados por fatores ambientais.

De acordo com os entrevistados, de maneira geral as possibilidades relacionadas ao lazer no meio rural são restritas. Para eles, a concepção de lazer está associada ao tempo livre, a realização de atividades que gostam e ao “não fazer nada” que se configura ao momento em que não precisam realizar nenhuma atividade específica. Conforme as falas abaixo exemplificam:

“Lazer é uma coisa boa, quando tem tempo” (Entrevistado 01);

“Tempo à toa”. Não costumo sair muito, “bem caseiro” (Entrevistado 02);

“Fazer aquilo que dá prazer, alegria” (Entrevistado 06);

“Quando não tá trabalhando, sai de casa, vai passear, sair passear já descansa.”
(Entrevistado 07);

“Se divertir com a família, não fazer nada, ficar de boa.” (Entrevistado 08);

“Jogar baralho, não trabalhar, fazer o que gosta” (Entrevistado 09);

“Lazer é não fazer nada.” (Entrevistado 13);

“Ficar “de verde”, ficar de boa. Não fazer nada, ficar em casa.” (Entrevistado 18).

Através da percepção de alguns dos entrevistados sobre o que seria o lazer, eles definem como aqueles momentos em que estão livres das atividades de trabalho na propriedade e/ou na realização de atividades que mais gostam. Porém, ao descreverem as possibilidades existentes nas opções de lazer para homens e mulheres podemos perceber que as opções declaradas privilegiam mais o gênero masculino do que o feminino, conforme a Tabela 3.

Tabela 3. Opções de lazer rural no município de Vitorino.

| Atividades de lazer dos homens | Total |
|--|--------------|
| Atividades na comunidade (bodega, jogo de futebol, bocha, baralho e culto) | 9 |
| Cursos e capacitações | 1 |
| Bailes, jantares, festas, sair | 7 |
| Pescaria | 2 |
| Viagens (Praia, piscina) | 4 |
| Vídeo game, televisão, computador e celular | 2 |
| Passeio | 4 |
| Atividades com toda a família | 3 |
| Andar de moto, trator | 2 |
| Passear nos vizinhos ou familiares | 2 |
| TOTAL | 36 |

Fonte: Autores, 2019.



Nesse contexto, perguntamos aos entrevistados quais seriam as possibilidades e atividades de lazer para suas esposas, mães ou filhas, podemos perceber que as alternativas existentes ainda estão vinculadas as opções tidas como espaços tipicamente femininos, conforme dados da Tabela 4. No que se refere ao lazer para as mulheres rurais podemos aferir que a rede de relações sociais delas é muito mais restrita que a rede experimentada e vivenciada pelos homens. Exemplificando com a fala de um dos entrevistados sobre o que a esposa faz para descansar e se divertir, o mesmo respondeu: “não tem nada, vai na vizinha tomar chimarrão”.

Tabela 4. Opções de lazer para mulheres no município de Vitorino.

| Atividades de lazer das mulheres | Total |
|---|--------------|
| Clube de mães | 4 |
| Vizinhas (os) ou familiares | 7 |
| Jantares, bailes, matinês, jogos | 4 |
| Sair com a família | 2 |
| Fazer crochê/ ver televisão | 1 |
| Não saem | 3 |
| Não responderam | 3 |
| TOTAL | 24 |

Fonte: Autores, 2019.

Nesse aparato as relações de gênero são elementos constitutivos primordiais quando se trata das práticas de lazer. No caso das mulheres camponesas o estudo de Marin (1996, p. 51) traz a seguinte reflexão:

A obstinação pelo cumprimento dos trabalhos, pelo cuidado da casa, enfim, pelo cumprimento dos estereótipos fundados na mulher-mãe-trabalhadeira, fortemente introjetados na formação das colunas desde a mais tenra idade, influência nas atitudes ao se privarem, muitas vezes, de visitar ou de dormir à tarde para desempenharem tais funções.

Para Stropasolas (2004), as mulheres do meio rural depois de casadas têm menos acesso ao lazer do que seus maridos, já com eles a situação se inverte depois de casados, pois passam a ter mais tempo de lazer. Neste contexto, “São as moças quem mais se ressentem da falta de lazer no meio rural. Via de regra, são os jovens homens quem têm acesso a formas mais variadas de lazer e maior autonomia para sair em busca de diversão”. (AGUIAR; STROPASOLAS, 2010, p. 164)



Nesse sentido, podemos afirmar que o segmento das mulheres rurais apesar de atualmente possuírem políticas públicas voltadas à produção e a valorização do trabalho, ainda apresentam elementos de expulsão do campo, tornando os centros urbanos mais atrativos e valorizados. E para aquelas mulheres que permanecem nas propriedades rurais podemos observar que elas não estão presentes nas atividades de contexto público, apesar de serem ativas na produção das propriedades, bem como a existência das poucas atividades de lazer, o que acaba segregando os gêneros. Ao pensarmos na reprodução social da agricultura familiar e no desenvolvimento rural é de suma importância que ocorra a mudança de percepção e o reconhecimento das agricultoras familiares nos diversos espaços sociais e produtivos, bem como políticas públicas e projetos que auxiliem na desmistificação do trabalho feminino, valorizando e reconhecendo o papel das mulheres no desenvolvimento rural sustentável.

Considerações Finais

Como reflexão diante do exposto, podemos ponderar sobre as diferenças entre os gêneros na área rural do município, pois elas são visíveis quando analisamos o processo de participação, permanência, políticas públicas e lazer das mulheres no rural. Com isso, se torna necessário um maior debate sobre as desigualdades vivenciadas pelas mulheres rurais, para que assim possamos construir alternativas e políticas públicas que possibilitem o reconhecimento e maior participação social, visto que com a ampla discussão as mulheres urbanas conquistaram diversos espaços.

Portanto, é necessário entender a importância e “[...] a valorização do trabalho da mulher no meio rural também é uma forma de garantir o desenvolvimento da agricultura familiar. Para que isso ocorra há a necessidade de um conjunto de mudanças sociais e políticas que visem transformar as relações de gênero.” (SILVA; MENDES, 2014, p. 237).

Longe de encerrarmos o debate sobre as mulheres nas propriedades rurais, terminamos esse trabalho cientes da necessidade da continuidade de novas pesquisas e diálogos sobre as construções sociais e o papel das mulheres rurais, pois somente com novas percepções poderemos alcançar a igualdade e o reconhecimento dessas mulheres como trabalhadoras e constituintes da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS



AGUIAR, V. V. P.; STROPASOLAS, V. L. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, p. 157-182, 2010.

ANDRADE, R. J. et al. Relações sociais de gênero no meio rural brasileiro: a mulher camponesa e o lazer no início do século XXI no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 23, n. 1, p. 39-49, 2009.

DOS ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, v. 26, n. 1, p. 661-694, 2005.

BATTISTI, E. REDES SOCIAIS, IDENTIDADE E VARIAÇÃO LINGUÍSTICA. In: FREITAG, R. M. K. (Org). **Metodologia de Coleta e Manipulação de Dados em Sociolinguística**. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2014.

BRAMANTE, A. C. et al. Lazer: concepções e significados. **Licere**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 9-17, 1998.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva: SESC, 1979.

FASSINI, E.; MACHADO, N. G.; SCHULTZ, G. Identidade e pertencimento: a dinâmica social de um grupo de mulheres no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul. **Cadernos Pagu**, p.405-433, jul.dez., 2013.

FROELICH, J. M. et al. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Ciência Rural**, v. 41, n. 9, 2011.

FUJISAWA, D. S. **Utilização de jogos e brincadeiras como recurso no atendimento fisioterapêutico de criança: implicações na formação do fisioterapeuta**. 2000. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2000.



GÁSPARI, J. C. de; SCHWARTZ, G. M. O idoso e a ressignificação emocional do lazer. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 21, n. 1, 2005.

GODOY, C.M.T. **A emergência da identidade ambiental territorial na agricultura familiar nos municípios de Santa Rosa e Novo Machado**, RS. 2015 Tese (Doutorado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2015.

GÓMEZ, G. R.; FLORES, J. G.; JIMÉNEZ, E. G. **Metodología de la investigación cualitativa**. Málaga: Ediciones Aljibe, 1996, 378p.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Índice IPARDES de Desempenho Municipal: Metodologia**. Curitiba, 2018.

LINCOLN, Y. S.; GUBA, E. G. **Naturalistic inquiry**. New York: Sage. 1991.

LISBOA, T. K.; LUSA, M. G. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero—Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 3, p. 871, 2010.

MAGALHÃES, R. S. A "masculinização" da produção de leite. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 47, n. 1, p. 275-299, 2009.

MARIN, E. C. **O Ludico na vida: colonas de Vale Veneto**. 1996. 148f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/274833>>. Acesso em: 09 mar. 2019

MINAYO, M. C. D. (Org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1), p. 229-252, janeiro-abril, 2004.



PAVAN, D. O caminho feminino para a reforma agrária. **Rev. NERA**. n. 3. Presidente Prudente: Núcleo de pesquisas, estudo e projetos de reforma agrária. FCT/UNESP, 2000. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1482/1458>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

SCHMITZ, A. M., SANTOS, R. A. dos. **A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em: http://www.fg2013.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1371853408_ARQUIVO_TextoFazendogenero10.pdf. Acesso em: 25 de nov. 2018.

RIBEIRO, J.; SOUZA F. N. de; LOBÃO, C. Saturação da Análise na Investigação Qualitativa: Quando Parar de Recolher Dados?. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), v.6, n.10, p. III-VII, abr. 2018.

SILIPRANDI, E. Agroecologia, agricultura familiar e mulheres rurais. **Revista brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, 2007.

_____. **Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar**. 2011. Disponível em:> http://www.rimisp.org/wp-content/uploads/2013/05/Paper_Emma_Siliprandi-12.pdf. Acesso em: 12 abr. 2019.

STRAPASOLAS, V. L. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 253, 2004.